

MEMORIA DE REUNIÃO**Evento:**

XI Convención Financiera Cooperativa Latinoamericana: "Después Del Impacto"

Local:

Hotel Meliã Caribe tropical - Punta Cana - República Dominicana

Data:

11 a 13/08/2010

Horário:

Os dois horários

Participantes:

Representantes de Cooperativas de Crédito de vários países Latinoamericanos, OEA, BID/Fomin, Banco Central do Brasil, Agência de Fomento de Alagoas (Afal), Pacific Credit Rating (PCR), Confederación Alemana de Cooperativas (DGRV), Financial Services Technology Solutions (Fiserv) e Confederación Latinoamericana de cooperativas de Ahorro y Crédito (Colac).

Objetivo(s):

Proporcionar à comunidade latino-americana de cooperação, um espaço ideal para reuniões, reflexões e troca de pontos de vista, por meio da discussão dos recentes desenvolvimentos, tendências e desafios em relação à técnica, ao papel e os impactos financeiros e sociais das cooperativas de crédito (ahorro y crédito), por fim, exibir as reais possibilidades de aplicação desse conhecimento como base para a transformação do pensamento e, deste modo, induzir mudanças positivas no setor.

Comentários:

Abertura – 11/08/2010:

Tema: "Perspectiva Socio-Económica de América Latina", palestra proferida pelo representante da OEA

Foco da exposição: mostrar que, apesar da intensidade e profundidade da crise financeira global, os países da América Latina, em geral, foram menos impactados que os países desenvolvidos em função dos programas sociais, como Bolsa Família no Brasil, e das políticas macroeconômicas de estabilização e formação de reservas internacionais. Foi salientado ainda o papel contracíclico desempenhado pelas cooperativas de crédito em relação ao sistema financeiro convencional.

Segundo dia – 12/08/2010:

Tema 1: "La Política Económica y Perspectiva Global"

Focos das exposições:

A primeira conferência intitulada "BID-FOMIN: una mirada com el setor cooperativo de la Región", proferida por Alejandro Escobar do Fomin, teve um caráter, primordialmente, institucional e buscou mostrar a importância que tem as micro e pequenas empresas para o BID, traduzida nas parcerias do banco em projetos de fortalecimento institucional do setor cooperativista em alguns países latinoamericanos, como a Bolívia. Para o representante do BID, as cooperativas têm um papel fundamental na oferta de serviços financeiros de qualidade para a maioria da população e das MPE excluídos do sistema financeiro convencional. Salientou, ainda, que o BID vem apoiando o setor cooperativista em temas como regulação e supervisão, com programas de apoio aos entes regulados, no fortalecimento das federações, na implementação de programas de microfinanças e suporte especial ao setor rural e agrícola.

A conferência seguinte intitulada "Hacia donde va la supervisión de las instituciones financieras?", proferida por Rudy Araujo da Associação dos Supervisores Bancários das Américas (Asba), mostrou o risco da desregulação do sistema financeiro expresso na crise do subprime de 2008 nos EUA e seus efeitos sistêmicos. Defendeu que a constituição da nova arquitetura financeira internacional requer o fortalecimento da regulação financeira e o supervisor tem que ter a sensibilidade para entender a segmentação dos mercados financeiros, o que implica em algum nível de flexibilidade do ponto de vista normativo. Por fim, em qualquer instituição financeira e principalmente nas cooperativas, a qualidade da governança é fundamental.

Tema 2: “Estructuras Financieiras de las Cooperativas dentro de los nuevos desafios del mercado”

Focos das exposições:

A terceira conferência, intitulada “Los fondos de garantia, una necesidad inaplazable”, proferida por Francisco Azuero da Universidade de los Andes- Colômbia, inicialmente expôs a experiência da União Européia onde, em sua opinião, a zona do Euro se constituía em um próprio fundo de garantia em função de projeto comum assumido pelos países de ajuste fiscal (meta de 3% do PIB), supervisão multilateral e multa para as nações indisciplinadas. A crise mostrou que a realidade era muito diferente, ou seja, alguns países excederam em seus déficits, não houve supervisão e nem punição, o que levou ao enfraquecimento do Euro ante ao Dólar. Qual a lição a ser tirada da União Européia (UE)? Um fundo de garantia para cooperativas assim como a UE está sujeito a duas situações: a) risco moral, quando não há incentivos para estimar o risco da operação porque está assegurada; b) “free rider” ou “maldición de los comunes”, quando diferentes participantes podem utilizar um recurso comum em seu próprio benefício, sem que tenha que assumir plenamente as conseqüências de suas ações. Para evitar estes problemas, sugere a solução de Ostrom (Prêmio Nobel de Economia em 2009) para uma cooperação exitosa: os direitos dos participantes têm que estar bem definidos; devem existir mecanismos adequados (rápidos e confiáveis) para a solução de conflitos; a vigilância e as sanções são administradas pelos próprios usuários ou por alguém indicado por eles; a governança é mais efetiva quando as decisões são democráticas; o direito de organizar-se deve ser reconhecido pelas autoridades; devem existir sanções para quem não cumpre as regras, graduais e suaves no início e duras para quem é reincidente; as regras devem ser fáceis de fiscalizar; e o ideal é começar com grupos pequenos. Em síntese, o principal ativo de qualquer cooperativa ou fundo de garantia é a confiança. Deste modo, três questões são fundamentais na criação de um fundo de garantia para cooperativas, ainda de acordo com a visão de Ostrom: confiamos nas demais cooperativas?; somos capazes de criar regras claras e estritas?; e vamos ser capazes de exercermos vigilância mútua?

Os “costos y competitividade en la gestión gerencial de las Cooperativas de Ahorro y Crédito” foi o tema da quarta conferência, proferida por Luis Vaca Guevara e Oswaldo Cabezas da DGRV, na qual foi apresentada a metodologia de um estudo (pesquisa) para aumentar a eficiência e produtividade das Cooperativas de Ahorro y Crédito (CAC), que serviria de base na elaboração de um Guia para aumentar a competitividade das CAC por meio da gestão de seus custos, a partir da realização de entrevistas (12 em cada país) e aplicação de questionários (100 em cada país) em 5 CAC do Equador e da Colômbia. Em síntese, da palestra ficou explicitado que os objetivos específicos da pesquisa são: a) determinar os fatores chave de eficiência e produtividade na gestão das CAC; b) conhecer os métodos aplicados pelas entidades para melhorar a gestão de custo; c) extrair casos de sucesso que impactaram na eficiência e produtividade das entidades; e d) propor indicadores de desempenho para medir a competitividade.

A última palestra do dia tratou do tema “Por qué quiebran las empresas financieiras?”, proferida por José Luis Ochoa da Banobras – México. Após elencar uma miríade de fatores microeconômicos que levam a quebra de uma empresa financieira, grande parte deles relacionados à má governança, o expositor apontou, tomando o caso do México como exemplo, uma série de fatores que levam ao sucesso no setor CAC: transparência nos esquemas de representação e tomada de decisão dos sócios; amplo conhecimento do mercado e um modelo de negócio bem definido; adequada tecnologia da informação para apoiar as operações do negócio; processo de captação devidamente documentado em conformidade com a norma vigente; critérios prudenciais na gestão para potencializar os princípios cooperativistas do bem comum; praticas contábeis em linha com as adotadas em nível internacional; adequado sistema de controle e administração de risco, junto com um Conselho ativo, independente e profissional, e uma supervisão oportuna.

Terceiro dia 13/08/2010

Tema 1: “Servicios Financieiros y Función Social”

A primeira palestra do dia versou sobre “El rostro humano del negocio financieiro”, proferida por Pablo da Silveira García da Universidade Católica do Uruguay. O expositor começou sua palestra com as seguintes indagações: não há contradição entre ser uma cooperativa e dedicar-se a negócios financieiros? É possível defender moralmente o setor financieiro? A resposta do palestrante é que sim, tanto do ponto de vista macro como micro. Em termos macro, em função do custo de oportunidade (John Stuart Mill) e da importância do capital como fator de aumento da produtividade do trabalho (Adam Smith), ou seja, ambos aspectos contrariam a idéia da esterilidade do dinheiro (Aristóteles). No tocante ao nível micro, a questão central é que se queremos tirar as pessoas da pobreza temos que lhes dar capital para aumentar suas respectivas produtividades. Assim é preciso fortalecer a parte sadia do negócio financieiro por meio das boas práticas como educação financieira, consumo responsável, uso intensivo de tecnologia da informação (o que permite definir o perfil do cliente e,

deste modo, diminuir o risco de crédito – exemplo: cliente que paga em dia a conta de luz), seguro de crédito e reclassificação controlada dos clientes, ou seja, desenvolver capacidade de renegociação já que não é uma boa prática perdoar dívida.

A segunda palestra tratou do tema “El camino olvidado de las Microfinanzas”, proferida por Gerardo Almaguer do Développement intertional Desjardins – Canadá. O ponto central explorado pelo expositor pode ser sintetizado na seguinte questão: as cooperativas operam com microcrédito? A resposta, na opinião do palestrante, é que nas cooperativas não é possível distinguir produtos voltados para microempresas e mais o critério para o empréstimo é a exigência de poupança e não o destino do crédito. A idéia que microcrédito é uma coisa distinta não tem sentido e as cooperativas ganhariam muito se explorassem o mercado de serviços financeiros para as MPE. Citou como caso de sucesso o Centro Financeiro Para Empresários (CFE), um modelo desenvolvido pelo movimento Desjardins para atender as micro e pequenas empresas. O CFE não é uma pessoa jurídica, mas um agrupamento de casas de negócio para atender melhor a clientela das empresas. A sua missão é clara: prestar serviços financeiros pertinentes as MPME de forma adequada, por meio da promoção e fomento do emponderamento coletivo local para se obter o desenvolvimento e a participação da comunidade. O expositor considera que um dos grandes entraves do setor cooperativista para atender as MPE é ser pouco flexível e moroso no processo de adaptação às mudanças.

Tema 2: “Tecnología y sostenibilidad empresarial – una visión a largo plazo”.

As três últimas palestras do dia (ou seja, “compromiso de las cooperativas con la sociedad y El médio ambiente”, “detección de lavado de dinero y prevención de fraude” e “gestión integral de riesgos de tecnología de la información”, proferidas, respectivamente, por Luz Eneida Moreno, Saskia Rietbroek (Fiserv) e René Vásquez) procuraram enfatizar a importância das cooperativas estarem atentas e incorporarem em seus modelos de negócio a questão ambiental, o risco de serem objeto de lavagem de dinheiro e a necessidade de uma gestão de qualidade para minimizar os riscos de TI.

Contatos e encaminhamentos:

Representantes de vários países, principalmente México, Costa Rica e Chile participaram de debates com os representantes do Brasil sobre aspectos regulatórios e operacionais do cooperativismo de crédito e as diversas possibilidades de apoio por agências de desenvolvimento, como é o caso da Afal. Pudemos constatar que o marco legal brasileiro é bastante avançado, por permitir, de maneira clara e transparente, o crescimento sustentado do cooperativismo de crédito. Em vários países, a supervisão bancária não trata de cooperativas ou está na fase inicial de acompanhamento, como é o caso do México.

Importante também foi a conversa com Mathias Arzbach, chefe da representação brasileira da Confederação Nacional das Cooperativas da Alemanha, (Deutscher Genossenschafts und Raiffeisenverband e. V. – DGRV), com sede em Berlim, que atua em nível nacional com fins basicamente de representação e defesa perante as autoridades estatais. Ao mesmo tempo, assume funções de auditoria para algumas cooperativas de alcance nacional. Mathias aventou a possibilidade de parceria com a Afal para programas de fortalecimento do ramo crédito do cooperativismo alagoano e informou que vai fará gestões junto ao gerente da DGRV em Salvador, para avançarmos nas discussões sobre acordo de cooperação com vistas ao fortalecimento do setor no Estado.

Data e assinatura da memória:
Maceió, 17 de agosto de 2010

60 320-1 – Reynaldo Rubem Ferreira Júnior
Diretor de Operações